

Águas de Sinop S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Águas de Sinop S.A.
Sinop - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Sinop S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Sinop S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Daniel A. da S. Fukumori'.

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Águas de Sinop S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2016	2015	Passivos	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	427	494	Fornecedores e empreiteiros	9	8.379	5.327
Aplicações financeiras	5	34.086	69.307	Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	5.845	8.924
Contas a receber de clientes	6	3.802	2.761	Obrigações trabalhistas e sociais		1.372	663
Estoques		267	747	Obrigações fiscais		304	261
Ativo fiscal corrente		2.031	1.216	Dividendos a pagar		59	-
Outros créditos		543	1.284	Outras contas a pagar		48	59
Total do ativo circulante		41.156	75.809	Total do passivo circulante		16.007	15.234
Contas a receber de clientes	6	86	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	75.218	77.345
Outros créditos		102	-	Passivo fiscal diferido	17	1.074	87
Total do realizável a longo prazo		188	-	Provisão para contingências	11	72	5
Intangível	7	59.195	24.842	Total do passivo não circulante		76.364	77.437
Total do ativo não circulante		59.383	24.842	Patrimônio líquido	12		
				Capital social		7.373	7.373
				Reserva de lucros		795	607
				Patrimônio líquido		8.168	7.980
				Total do passivo		92.371	92.671
Total do ativo		100.539	100.651	Total do passivo e patrimônio líquido		100.539	100.651

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Sinop S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	13	62.115	33.375
Custos dos serviços prestados	14	<u>(51.639)</u>	<u>(28.833)</u>
Lucro bruto		<u>10.476</u>	<u>4.542</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	15	(5.516)	(2.898)
Outras receitas operacionais		26	-
Outras despesas operacionais		<u>(29)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>4.957</u>	<u>1.644</u>
Receitas financeiras	16	7.444	8.369
Despesas financeiras	16	<u>(11.166)</u>	<u>(10.154)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(3.722)</u>	<u>(1.785)</u>
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		<u>1.235</u>	<u>(141)</u>
Imposto de renda e contribuição social	17	<u>(988)</u>	<u>(89)</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u><u>247</u></u>	<u><u>(230)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Sinop S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	<u>247</u>	<u>(230)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>247</u></u>	<u><u>(230)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Sinop S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2015	<u>7.373</u>	<u>42</u>	<u>795</u>	<u>-</u>	<u>8.210</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(230)	(230)
Compensação de prejuízo com reserva	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(230)</u>	<u>230</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>7.373</u>	<u>42</u>	<u>565</u>	<u>-</u>	<u>7.980</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	247	247
Destinações:					
Reserva legal	-	12	-	(12)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(59)	(59)
Lucros retidos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>176</u>	<u>(176)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>7.373</u>	<u>54</u>	<u>741</u>	<u>-</u>	<u>8.168</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Sinop S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	1.235	(141)
Ajustes para:		
Amortização	997	153
Resultado na baixa de intangível	26	-
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	9.619	8.769
Amortização do custo de captação	651	-
Juros sobre aplicações financeiras	(6.916)	(5.830)
Ajuste a valor presente de clientes	4	-
Provisão para contingências	67	5
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	135	295
Baixa de títulos do contas a receber	478	-
	<u>6.296</u>	<u>3.251</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.744)	(1.000)
Estoques	480	(747)
Ativos fiscais correntes	1.129	(1.129)
Outros créditos	639	(1.214)
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	3.052	3.169
Obrigações trabalhistas e sociais	709	663
Obrigações fiscais	43	44
Outras contas a pagar	(11)	(45)
Juros pagos	(11.212)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(82)	(409)
	<u>(701)</u>	<u>2.583</u>
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		
	<u>(701)</u>	<u>2.583</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	40.275	(59.961)
Aquisição de intangível	(33.581)	(19.468)
	<u>6.694</u>	<u>(79.429)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		
	<u>6.694</u>	<u>(79.429)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	13.440	77.208
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(19.500)	-
	<u>(6.060)</u>	<u>77.208</u>
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		
	<u>(6.060)</u>	<u>77.208</u>
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(67)</u>	<u>362</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	494	132
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>427</u>	<u>494</u>
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(67)</u>	<u>362</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de Sinop S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Sinop, Mato Grosso. A Companhia foi constituída em 11 de agosto de 2014 com a denominação de NNS Participações Ltda., data em que foram iniciadas efetivamente suas operações, de acordo com o Contrato de Concessão nº 096/2014 firmado com a Prefeitura Municipal de Sinop - MT, concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 002/2014 no qual a mesma foi declarada vencedora por apresentar a melhor proposta técnica e comercial. Em 28 de agosto de 2014, o tipo jurídico da sociedade foi alterado de sociedade empresária limitada para sociedade por ações. Também nessa data, a razão social da Companhia foi alterada para Águas de Sinop S.A.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em toda a área territorial do município de Sinop, Mato Grosso, sob o regime de concessão, na modalidade administrativa, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos, renovável por igual período.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão em R\$ 453.128, dos quais faltam realizar R\$ 353.327, em valores históricos.

Apresentamos a seguir o sumário dos principais marcos contratuais assumidos: (i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter os níveis de redução de perdas em 2016 em 50%, 2020 em 45%, 2025 em 40%, 2030 em 35%, 2035 em 30% e a partir de 2040 em 25%; (iii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário em 2016 em 20%, 2017 em 30%, 2018 em 40%, 2019 em 50%, 2020 em 60%, 2021 em 70%, 2022 em 80%, 2023 em 90% e, a partir de 2024 em 98%.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 16 de março de 2017.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis a Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 7 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 11 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº 17 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada no IFRIC 12 e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e correlacionada ao IAS 11 e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) *Serviços de abastecimento de água e esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) *Outros serviços indiretos de água*

- a.** A receita de outros serviços indiretos de água refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b. *Instrumentos financeiros*

(i) *Ativos financeiros e passivos não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Esses ativos são* mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, são reconhecidos como passivo.

c. Estoques

Os estoques de material de consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

d. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “m”;

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Intangível em andamento

São custos diretamente atribuíveis a construção de infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados dos empréstimos, financiamentos e debêntures.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para

refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são as que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a

infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2016 e com relação a este assunto.

i. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

j. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e debêntures. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre debêntures. Custos de dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo como base o prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

n. Capitalização dos custos dos empréstimos e financiamentos

Os custos da debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos das debêntures emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros / CPC 48	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes / CPC 47	Refere-se à convergência do IASB (“ <i>International Accounting Standards Board</i> ”), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
Modificações à IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Empresa iniciou uma avaliação e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos a serem reportados. No entanto, o atual estágio dessa avaliação não permite quantificar os efeitos, se houver, até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu o pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes ao IFRS 16 - Arrendamentos. Portanto, a adoção antecipada desse IFRS 16 - Arrendamento não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

p. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2016	2015
Banco conta movimento	427	494

O saldo de banco compreende depósitos disponíveis.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média		Vencimentos	2016	2015
	a.a. %				
CDB - Pré fixado	98% a 99% do CDI		janeiro/2017	2.706	25.352
Fundo de Investimento Safira	101,12% a 102,42% do CDI		indeterminado	31.380	43.955
				<u>34.086</u>	<u>69.307</u>

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pelo Banco *BTG Pactual Asset Management DTVM S.A.*, correspondem a aplicações em um fundo de investimentos multimercado crédito privado, não exclusivos, devidamente registrado junto a CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

Essas aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas nas demonstrações de fluxo de caixa como uma atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa de atividades de investimento.

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 18 - Instrumentos Financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2016	2015
Faturamento de serviços de água	3.263	1.952
Receita a faturar de serviços de água	1.055	1.104
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(430)	(295)
	<u>3.888</u>	<u>2.761</u>
Circulante	3.802	2.761
Não circulante	86	-

O vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldos		Total
	Saldos a vencer	vencidos até 180 dias	
Residencial	178	1.199	1.377
Comercial	36	612	648
Industrial	8	22	30
Setor público	67	174	241
Subtotal consumidores	<u>289</u>	<u>2.077</u>	<u>2.296</u>
Renegociações (i)	726	241	967
Total	<u>1.015</u>	<u>2.248</u>	<u>3.263</u>

Classe de consumidor	Saldos		Total
	Saldos a vencer	vencidos até 180 dias	
Residencial	279	1.095	1.374
Comercial	6	189	195
Industrial	9	42	51
Setor público	1	211	212
Subtotal consumidores	<u>295</u>	<u>1.537</u>	<u>1.832</u>
Renegociações (i)	120	-	120
Total	<u>415</u>	<u>1.537</u>	<u>1.952</u>

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2016 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 21 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2015) calculados individualmente para cada fatura, com base na taxa anual de desconto de 8,72%. Em 31 de dezembro de 2016, foram registrados no resultado do período o montante de R\$ 4 de ajuste a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

	Saldos a vencer	Saldos vencidos até 180 dias	Total em 2016
Residencial	(35)	(157)	(192)
Comercial	(3)	(24)	(27)
Industrial	(1)	(4)	(5)
Setor público	(28)	(150)	(178)
Renegociações	(28)	-	(28)
	<u>(95)</u>	<u>(335)</u>	<u>(430)</u>

	Saldos a vencer	Saldos vencidos até 180 dias	Total em 2015
Residencial	(16)	(115)	(131)
Comercial	(2)	(23)	(25)
Industrial	-	(5)	(5)
Setor público	(13)	(120)	(133)
Renegociações	(1)	-	(1)
	<u>(32)</u>	<u>(263)</u>	<u>(295)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Natureza	Saldo em 2015	(+) Adições	(-) Reversões	Saldo em 2016
Correntes	(294)	(629)	521	(402)
Renegociações	(1)	(311)	284	(28)
	<u>(295)</u>	<u>(940)</u>	<u>805</u>	<u>(430)</u>

Natureza	Saldo em 2014	(+) Adições	(-) Reversões	Saldo em 2015
Correntes	-	(639)	345	(294)
Renegociações	-	(1)	-	(1)
	<u>-</u>	<u>(640)</u>	<u>345</u>	<u>(295)</u>

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas conta com a revisão dos hidrômetros, o parcelamento de débitos, a manutenção de um programa de cortes permanente e o combate sistemático às fraudes e ligações clandestinas.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e parcelamentos a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura(s) baixadas como perda efetiva.

A Companhia trata os títulos a receber vencidos a mais de 180 dias, de valores individuais abaixo de R\$ 5 e os inadimplidos a partir de 08 de outubro de 2014 de valores abaixo de R\$ 15, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, foram baixados títulos diretamente no resultado do período o montante de R\$ 478 (R\$ 321 em 31 de dezembro de 2015).

7 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil	Taxa média anual	2016		2015	
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	35	3,8%	10.820	(403)	10.417	8.642
Edificações de estações de tratamento	35	3,5%	14.205	(410)	13.795	3.998
Máquinas e equipamentos	de 10 a 28	5,9%	1.461	(89)	1.372	819
Outros componentes	de 03 a 29	8,5%	1.806	(222)	1.584	1.036
			28.292	(1.124)	27.168	14.495
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			31.742	-	31.742	6.569
Adiantamento a fornecedores			-	-	-	3.478
			31.742	-	31.742	10.047
Software						
Licença de uso de software	03	33,3%	311	(26)	285	300
			311	(26)	285	300
			60.345	(1.150)	59.195	24.842

b. Movimentação do custo

Ativo	2015		2016		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	8.667	-	-	2.153	10.820
Edificações de estações de tratamento	4.054	-	-	10.151	14.205
Máquinas e equipamentos	827	167	-	467	1.461
Outros componentes	1.089	180	(26)	563	1.806
	14.637	347	(26)	13.334	28.292
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	6.569	38.507	-	(13.334)	31.742
Adiantamento a fornecedores	3.478	-	(3.478)	-	-
	10.047	38.507	(3.478)	(13.334)	31.742
Software					
Licença de uso de software	311	-	-	-	311
	311	-	-	-	311
	24.995	38.854	(3.504)	-	60.345

Ativo	2014		2015	
	Custo	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Instalações técnicas de saneamento	29	229	8.409	8.667
Edificações de estações de tratamento	-	73	3.981	4.054
Máquinas e equipamentos	-	413	414	827
Outros componentes	453	108	528	1.089
	482	823	13.332	14.637
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	3.154	16.937	(13.522)	6.569
Adiantamento a fornecedores	1.500	1.978	-	3.478
	4.654	18.915	(13.522)	10.047
Software				
Licença de uso de software	98	23	190	311
	98	23	190	311
	5.234	19.761	-	24.995

c. Movimento de amortização

Ativo	2015	2016	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Instalações técnicas de saneamento	(25)	(378)	(403)
Edificações de estações de tratamento	(56)	(354)	(410)
Máquinas e equipamentos	(8)	(81)	(89)
Outros componentes	(53)	(169)	(222)
	(142)	(982)	(1.124)
Software			
Licença de uso de software	(11)	(15)	(26)
	(11)	(15)	(26)
	(153)	(997)	(1.150)

Ativo	2015	
	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura		
Instalações técnicas de saneamento	(25)	(25)
Edificações de estações de tratamento	(56)	(56)
Máquinas e equipamentos	(8)	(8)
Outros componentes	(53)	(53)
	(142)	(142)
Software		
Licença de uso de software	(11)	(11)
	(11)	(11)
	(153)	(153)

O ativo intangível, registrado nas rubricas direito de exploração da infraestrutura e em intangível em andamento, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando o menor prazo entre a vida útil do bem e o prazo de concessão.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou nenhum fato que justificasse efetuar uma provisão em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Os juros sobre empréstimos capitalizados na rubrica intangível em andamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.795 e uma taxa média de 13,73% a.a. (R\$ 293 e 10,06% a.a. em 31 de dezembro de 2015).

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2016, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 2.191 (R\$ 247 em 31 de dezembro de 2015) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego (exceto pelo plano de saúde mencionado na nota explicativa nº 3 j (ii)), outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm a maioria das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de prestação de serviço com empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2016	2015
Ativo não circulante		
Aquisição de intangível		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	35	-
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	-	98
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (Consórcio Ibura) (a)	4.649	888
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	20	-
	4.704	986
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	9	
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	343	109
Águas de Campo Verde S.A. (a)	140	100
Águas de Primavera S.A. (a)	-	5
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (Consórcio Ibura) (a)	306	-
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	18	109
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	17	8
Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. (a)	-	4
	833	335

	2016	2015
Resultado		
Custos dos serviços prestados		
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	-	194
LVE Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	121	74
	121	268
Despesas de vendas, administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	1.826	1.212
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	136	-
Instituto Equipav (a)	49	-
	2.011	1.212
	2.132	1.480

- (a) Refere-se a contratação de serviços associada a obras de ampliação de rede de distribuição de água e rede de tratamento de esgoto prestado pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda. e Consórcio Ibura, serviços de implementação e manutenção software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda., serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e a repasse de gastos administrativos e operacionais. O Consórcio Ibura é composto por 51% pela consorciada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. e 49% pela consorciada Kullinan Engenharia e Construção Ltda.
- (b) A natureza dos valores resume ao repasse de gastos com prestação de serviços de contabilidade; fiscal/auditoria fiscal; financeiro; recursos humanos; jurídico; auditoria interna; planejamento controle e gestão; e tecnologia da informação, prestados pelo centro de serviços administrativos ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Barbara D'Oeste, no Estado de São Paulo.

A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 59 (zero em 31 de dezembro 2015) no passivo circulante referente a dividendos a pagar a seus acionistas.

9 Fornecedores e empreiteiros

	2016	2015
Prestação de serviços e empreiteiros a pagar	7.546	4.992
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	833	335
	8.379	5.327

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento	Valor Contratado	Valor Captado	2016	2015
Debêntures TR (ponte)	TR + 11,75% a.a.	fevereiro/2018	78.000	78.000	67.206	86.269
Projeto CEF	TR + 8,50% a.a.	dezembro/2029 a dezembro 2039	269.540	19.472	13.857	-
					81.063	86.269
Circulante					5.845	8.924
Não circulante					75.218	77.345

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - Empréstimos e financiamentos

	2016	2015
2020	630	-
2021	669	-
2022 em diante	18.526	-
	19.825	-

Cronograma de amortização da dívida - Debêntures

	2016	2015
2018	<u>61.428</u>	<u>78.000</u>
	61.428	78.000
	2016	2015
Custo de captação (não circulante)	<u>(6.035)</u>	<u>(655)</u>
Total	<u>75.218</u>	<u>77.345</u>

Durante o exercício de 2016, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 6.032 (R\$ 1.791 no exercício de 2015). O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2016 totaliza o montante de R\$ 6.634 (R\$ 1.253 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 5 de fevereiro de 2015, mediante a 1ª emissão, Companhia emitiu 7.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 78.000. Estas debêntures têm vencimento em 5 de fevereiro de 2018, com amortização de principal feita em uma única parcela no vencimento. Como única garantia para emissão destas debêntures, a interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. prestou garantia fidejussória. Mediante a liberação da primeira parcela do financiamento de longo prazo junto a CEF, a Companhia efetuou a amortização extraordinária no montante de R\$ 19.500 em 15 de dezembro de 2016.

Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia contratou com a Caixa Econômica Federal (“CEF”), financiamento subsidiado para investimentos em saneamento no valor nominal total R\$ 269.540. Do valor total, R\$ 19.472 já foram desembolsados. O financiamento tem prazo de até 24 anos.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal financiamento, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A;
- Garantia de cessão fiduciária dos direitos creditórios da Companhia, podendo este percentual ser reduzido gradativamente de acordo com pedido futuro e da totalidade dos recursos mantidos em conta reserva; e
- Alienação fiduciária das ações da Companhia detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A.

A Companhia mantém em seus empréstimos, financiamentos e debêntures garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos financiamentos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2016.

11 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

		2016		2015
Contingências cíveis		-		5
Contingências trabalhistas		72		-
		72		5
Natureza	2015	Adições	Baixas	2016
Cível	5	3	(8)	-
Trabalhista	-	74	(2)	72
	-	77	(10)	72

a. Processos trabalhistas

Os processos relacionados a reclamações trabalhistas contingências passivas não provisionadas avaliadas como perda possível referente à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, em 31 de dezembro de 2016 totalizam R\$ 127 (zero em 31 de dezembro de 2015) e que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos assessores jurídicos, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os acionistas, a quantidade de ações e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

		2016		2015
Aegea Saneamento e Participações S.A.		99,99%		99,99%
Aegea Engenharia e Comércio Ltda.		0,01%		0,01%
		100,00%		100,00%

b. Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), em 31 de dezembro de 2014 propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2016 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	247
(-) Constituição da reserva legal	(12)
Lucro líquido ajustado	235
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	59
Dividendos distribuídos no exercício de 2016	
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos do resultado do exercício de 2016	59

13 Receita operacional líquida

	2016	2015
Receita de prestação de serviços		
Receita bruta de tratamento de água	24.616	17.990
Outros serviços indiretos de água	1.727	588
Receitas de construção	38.507	16.937
	64.850	35.515
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos	(329)	(465)
(-) Impostos sobre serviços	(2.406)	(1.675)
Total da receita operacional líquida	62.115	33.375

14 Custos dos serviços prestados

	2016	2015
Pessoal	(4.174)	(3.681)
Conservação e manutenção	(463)	(153)
Serviços de terceiros	(1.372)	(1.151)
Materiais, equipamentos e veículos	(515)	(818)
Amortização	(891)	(153)
Créditos de PIS e COFINS sobre amortização	79	9
Custo de concessão	(1.219)	(775)
Custo de construção	(38.507)	(16.937)
Energia elétrica	(3.143)	(3.548)
Produtos químicos	(230)	(147)
Locação	(462)	(535)
Outros custos	(742)	(944)
	(51.639)	(28.833)

15 Despesas de vendas, administrativas e gerais

	2016	2015
Pessoal	(2.487)	(686)
Serviços de terceiros	(2.178)	(1.458)
Materiais, equipamentos e veículos	(6)	-
Amortização	(106)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(135)	(295)
Baixa de títulos do contas a receber	(478)	(321)
Seguros	-	(2)
Viagens e estadias	(16)	(61)
Provisão para contingência	(67)	(5)
Impostos, taxas e contribuições	(12)	(4)
Locação	(2)	(11)
Publicidade e propaganda	(29)	(45)
Outras despesas	-	(10)
	(5.516)	(2.898)

16 Despesas financeiras líquidas

	2016	2015
Rendimentos de aplicações financeiras	6.916	8.151
Juros e multas pagos ou incorridos	520	218
Descontos obtidos	2	-
Outras receitas financeiras	6	-
Receitas financeiras	<u>7.444</u>	<u>8.369</u>
Juros sobre empréstimo, financiamentos e debêntures	(9.619)	(8.769)
Juros sobre atraso em pagamentos	(31)	(92)
Despesas com IOF	(1)	(8)
Despesas e comissões bancárias	(514)	(503)
Ajuste a valor presente de clientes	(4)	(1)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(346)	(244)
Outros	(651)	(537)
Despesas financeiras	<u>(11.166)</u>	<u>(10.154)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(3.722)</u>	<u>(1.785)</u>

17 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 com base no regime de lucro real, está apresentada como segue:

	2016	2015
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	1.235	(141)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(420)	48
Despesas indedutíveis	(568)	(137)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	-	(2)
Diferido	<u>(988)</u>	<u>(87)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(988)</u>	<u>(89)</u>
Alíquota efetiva	<u>80%</u>	<u>63%</u>

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2016	2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	146	100
Provisão para participação nos lucros	130	91
Provisão para contingências	24	2
Ajuste a valor presente de clientes	7	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.579	246
Ativo fiscal diferido	<u>1.886</u>	<u>439</u>
Capitalização de juros	(705)	(99)
Custo de captação	(2.255)	(427)
Passivo fiscal diferido	<u>(2.960)</u>	<u>(526)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u>(1.074)</u>	<u>(87)</u>

18 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes do cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 430, representando aproximadamente 10% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2015, esta provisão era de R\$ 295, representando aproximadamente 10% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	427	494
Aplicações financeiras	34.086	69.307
Contas a receber de clientes	3.888	2.761
Total	38.401	72.562

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Fluxo financeiro - 2016

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	81.063	110.957	15.324	68.880	120	824	25.809
Fornecedores e empreiteiros	8.379	8.379	8.379	-	-	-	-
Dividendos a pagar	59	59	59	-	-	-	-
Outras contas a pagar	48	48	48	-	-	-	-
Total	89.549	119.443	23.810	68.880	120	824	25.809

Fluxo financeiro - 2015

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Debêntures	86.269	111.949	10.199	11.591	90.159	-	-
Fornecedores e empreiteiros	5.327	5.327	5.327	-	-	-	-
Outras contas a pagar	59	59	59	-	-	-	-
Total	91.655	117.335	15.585	11.591	90.159	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor contábil	
	2016	2015
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	34.086	69.307
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Debêntures	81.063	86.269

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2016	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV - 25%	V - 50%
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	34.086	Variação do CDI	14,00%	4.772	5.965	7.158	3.579	2.386
Passivos financeiros								
Debêntures	(81.063)	Variação da TR	2,01%	(1.629)	(2.036)	(2.444)	(1.222)	(815)
				3.143	3.929	4.714	2.357	1.571
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2015	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV - 25%	V - 50%
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	25.352	Variação do CDI	13,24%	3.357	4.196	5.036	2.518	1.679
Aplicações financeiras	43.995	Variação da PU	1,03%	453	566	680	340	227
Passivos financeiros								
Debêntures	(86.269)	Variação da TR	1,25%	(1.078)	(1.348)	(1.617)	(809)	(539)
				2.732	3.414	4.099	2.049	1.367

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	427	-	427
Aplicações financeiras	5	34.086	-	-	34.806
Contas a receber de clientes	6	-	3.888	-	3.888
Total		<u>34.086</u>	<u>4.315</u>	<u>-</u>	<u>38.401</u>
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	-	-	81.063	81.063
Fornecedores e empreiteiros	9	-	-	8.379	8.379
Dividendos a pagar		-	-	59	59
Outras contas a pagar		-	-	48	48
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>89.549</u>	<u>89.549</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	494	-	494
Aplicações financeiras	5	69.307	-	-	69.307
Contas a receber de clientes	6	-	2.761	-	2.761
Total		<u>69.307</u>	<u>3.255</u>	<u>-</u>	<u>72.562</u>
Passivos					
Debêntures	10	-	-	86.269	86.269
Fornecedores e empreiteiros	9	-	-	5.327	5.327
Outras contas a pagar		-	-	59	59
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>91.654</u>	<u>91.654</u>

Valor justo

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2016.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de debêntures é demonstrado abaixo:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Debêntures	67.863	83.901	86.269	106.431
Projeto CEF	19.834	19.834	-	-
	<u>87.697</u>	<u>103.735</u>	<u>86.269</u>	<u>106.431</u>

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo das debêntures é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

19 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possuiu compromisso mensal até outubro de 2016, referente à taxa de regulação e fiscalização que corresponde a 5% do faturamento bruto e a partir de novembro de 2016 a alíquota foi reduzida para 2,5% conforme contrato de concessão.

20 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

* * *

Contador

Itamar Portela Camargo
Contador - CRC MS 010387/O5S-MT